JANEIRO
07 e 08 de janeiro - Dr. Eduardo Rheingantz;
14 e 15 de janeiro - Dr. Eduardo Araujo da Silva;
21 e 22 de janeiro – Dr. Marco Antônio Ferreira Lima;
25 de janeiro (aniversário de São Paulo) - Dr. Paulo Marco Ferreira Lima;
28 e 29 de janeiro – Dr. Marcos Hideki Ihara;
FEVEREIRO
04 e 05 de fevereiro - Dr. Alberto Carlos Dib Júnior;
11 e 12 de fevereiro - Dr. João Antonio Marchi;
18 e 19 de fevereiro – Dr. Mauro Augusto de Souza Mello Junior;
25 e 26 de fevereiro (Carnaval) – Dr. Sebastião Lopes Junior;
27 e 28 de fevereiro (Carnaval) – Dr. Mario Luiz Sarrubo;
MARÇO
04 e 05 de março – Dra. Josely Mara Litrenta de Oliveira Donato;
11 e 12 de março - Dr. Israel Donizeti Vieira da Silva;
18 e 19 de março – Dra. Maria Amélia Nardy Pereira;
25 e 26 de março – Dra. Darci Ribeiro;
ABRIL
01 e 02 de abril – Dr. Raul de Godoy Filho;
08 e 09 de abril - Dr. Francisco Jose Taddei Cebranelli;
13 (Endoenças) e 14 (Sexta-feira da Paixão) de abril – Dr. Aloisio Antonio de Camargo Barros Pupin;
15 e 16 (Páscoa) de abril - Dr. Mario Sergio Sobrinho;
21 (Tiradentes), 22 e 23 de abril - Dr. Fabio Tebecherani Kalaf;
29 e 30 de abril - Dr. José Roberto Jauhar Julião;
MAIO
1º de maio (Dia do Trabalho) - Dr. José Roberto Jauhar Julião;
06 e 07 de maio – Dra. Maria Aparecida Pierangeli Boreli Thomaz;
13 e 14 de maio – Dr. Rodrigo Canelas Dias;
20 e 21 de maio - Dr. Delcio Delarco;
27 e 28 de maio – Dr. Nadir de Campos Junior;
JUNHO
03 e 04 de junho - Dr. Pedro de Jesus Juliotti;
10 e 11 de junho - Dr. Vilmar Mendes Ferreira;
15 (Corpus Christi) e 16 de junho – Dr. João Antonio dos Santos Rodrigues;
17 e 18 de junho – Dra. Ana Lucia Menezes Vieira;
24 e 25 de junho - Dra. Ana Luiza Schmidt Lourenço Rodrigues;
JULHO
01 e 02 de julho - Dr. Olavo Berriel Soares;
08 e 09 de julho - Dr. Adriano Ricardo Claro;
15 e 16 de julho – Dra. Beatriz Augusta Pinheiro;
22 e 23 de julho – Dra. Waléria Garcelan Loma Garcia;
29 e 30 de julho - Dr. Saad Mazloum;
AGOSTO
05 e 06 de agosto - Dr. Renato Eugenio de Freitas Peres;
12 e 13 de agosto – Dra. Luciene Angélica Mendes;
19 e 20 de agosto - Dr. José Carlos Meloni Sícoli;
26 e 27 de agosto - Dr. Fernando Arruda;
SETEMBRO
02 e 03 de setembro – Dra. Eliana Passarelli;
07 (Proclamação da Independência) – Dr. Carlos Roberto Marangoni Talarico;
09 e 10 de setembro - Dr. Maurício Antônio Ribeiro Lopes;
16 e 17 de setembro - Dra. Sueli Pereira;
23 e 24 de setembro - Dr. João Diogo Urias dos Santos;
30 de setembro – Dra. Rita Di Tomasso Martins;
OUTUBRO
01 de outubro - Dra. Rita Di Tomasso Martins;
07 e 08 de outubro - Dr. Luiz Gustavo Jóia de Melo;
12 (Nossa Senhora de Aparecida) - Dr. Gilberto Nonaka;
14 e 15 de outubro - Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini;
21 e 22 de outubro – Dra. Joiese Filomena Teoto Buffulin Salles;
28 de outubro (Dia do Funcionário Público) e 29 de outubro – Dra. Eliana Maria Maluf Sanseverino;
NOVEMBRO
02 (Finados) de novembro - Dr. Walter Tebet Filho;
04 e 05 de novembro - Dr. Rodolfo Rodrigues Filho;
11 e 12 de novembro - Dr. Alexandre Orasmo Fontana;
15 (Proclamação da República) de novembro – Dr. Julio Cesar Botelho;
18, 19 e 20 de novembro (Consciência Negra) - Dr. Leonardo Mendonça Curci;
25 e 26 de novembro – Dr. William Terra de Oliveira;
DEZEMBRO
02 e 03 de dezembro - Dr. José Claudio de Melo Costa;
08 (Dia da Justiça), 09 e 10 de dezembro – Dra. Marucia Barros Ramos;
16 e 17 de dezembro - Dr. José Avelino Grota de Souza;
RECESSO:
20 e 21 de dezembro - Dr. João Luiz Delfino;
22 e 23 de dezembro – Dra. Paula Castanheira Lamenza;
24 (véspera de Natal) e 25 (Natal) de dezembro – Dr. Antonio Carlos Gasparini;
26 e 27 de dezembro - Dr. Thales Cezar de Oliveira;
28 e 29 de dezembro – Dr. Valter de Jesus Fernandes;
30 e 31 (véspera de Ano Novo) de dezembro - Dr. Valter Kenji Ishida;

JANEIRO DE 2018

1º (Ano Novo) e 02 de janeiro - Dr. Luiz Paulo Santos Aoki;
03 e 04 de janeiro - Dra. Maria Narcisa Guidetti Zomignan;
05 e 06 de janeiro - Dr. Luiz Eduardo Siegl.

(Republicado por necessidade de retificação no D.O. de 13-12-2016)

Avisos de 13-12-2016

nº 588/2016 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, AVISA aos Senhores Promotores de Justiça das Comarcas do Interior, que encaminhará à Procuradoria Regional Eleitoral a listagem que segue anexa, para as designações do exercício das funções eleitorais nas Zonas Eleitorais das Comarcas do Interior, no próximo biênio 2017/2018.

(...)

354ª ZE – CAJAMAR

1º PJ de Cajamar

Dra. TATIANA MAGOSSO EVANGELISTA FRANCO DA SILVA

(...)

(Republicado por necessidade de retificação no D.O. de 14-12-2016)

nº 589/2016 - PGJ

O Procurador-Geral de Justiça no uso de suas atribuições e a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, e da **4ª Promotoria de Justiça de São José do Rio Preto e da Defensoria Pública de São José do Rio Preto,** com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93, no artigo 113, da Lei Complementar Estadual 734/93, no artigo 63, parágrafos 1º e 2º do Ato 484/2006-CPJ e no artigo 4º, parágrafo 2º da Resolução CNMP 82/2012, PUBLICA **Extrato da Ata de Audiência Pública realizada no dia 29-11-2016,** *com o objetivo de debater formas de se melhorar a qualidade do ar no município de São José do Rio Preto e evitar gastos públicos com a internação de pessoas em decorrência de doenças respiratórias causadas pelo problema da poluição atmosférica agravada pelo aumento de queimadas constatadas no último ano, objeto de discussão nos autos de Inquérito Civil n. 14.0717.0007474/2016.*

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA E DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SP

EXTRATO DE ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA: 29-11-2016 – TERÇA FEIRA
HORÁRIO: 19 HORAS e 30 minutos
LOCAL: ACIRP São José do Rio Preto, SP,

ENDEREÇO: Av. Bady Bassitt, 4052 - Centro, São José do Rio Preto - SP, 15015-700,

TEMA: Queimadas urbanas e qualidade do ar na cidade de São José do Rio Preto, SP (Políticas e Ações).

Ata de Audiência Pública, realizada pela 4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de São José do Rio Preto e pela Defensoria Pública, na ACIRP, no dia 29-11-2016, às 19 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Dr. Sérgio Clementino, DD. 4ª Promotor de Justiça da Comarca e do Dr. Júlio Tanone, DD. Defensor Público. **Abertura:** Foi feita a apresentação das autoridades presentes e explicado o em que consiste a audiência pública, seus objetivos, que é de divulgar as medidas a serem adotadas pelos órgãos e entidades participantes para o combate às queimadas urbanas visando a melhoria da qualidade do ar em São José do Rio Preto, bem como a dinâmica da audiência. Em seguida foi projetado um vídeo sobre a qualidade do ar e os malefícios das queimadas. **O Dr. Júlio Tanone, DD. Defensor Público,** cumprimentou os presentes e falou sobre a Defensoria Pública, a qual tem a finalidade de prestação de assistência jurídica aos necessitados e é um instrumento da democracia, dissertando sobre a importância do meio ambiente e a qualidade do ar. Por fim, agradeceu o Presidente da Acirp por tê-la disponibilizado para esta audiência pública, sendo aplaudido. **O Dr. Sérgio Clementino, DD. Promotor de Justiça,** após os cumprimentos de praxe, agradeceu os presentes, em especial ao Dr. Júlio Tanoni, discorrendo sobre a importância da atuação em conjunta. Agradeceu o apoio da OAB, bem como da ACIRP. Narrou sobre o início da ideia da realização da audiência pública, destacando as queimadas ocorridas nos pontos de apoio de recolhimento de descartáveis na Prefeitura Municipal e a ação judicial proposta pela 4ª Promotoria de Justiça de São José do Rio Preto, bem como disse que o Dr. Júlio é o grande idealizador da audiência, o qual trouxe representação ao Ministério Publico que corroborou a realização da presente audiência pública. Discorreu sobre a importância e finalidades da presente audiência, sendo aplaudido pelos presentes. Em seguida, foi convidado para compor a mesa o **Dr. Rafael Azeredo de Oliveira, DD. advogado ambientalista representante da Comissão de Meio Ambiente da 22º Subseção da OAB-SP,** que, após os cumprimentos de praxe agradeceu os presentes e apoiadores da audiência pública, destacando que as queimadas hoje são reconhecidas como problema de dimensões globais, afirmando que o problema deve ser observado sobre o estatuto da cidade e seus princípios norteadores. Por fim, narrou que o meio ambiente equilibrado é direito dos cidadãos e deve ser buscado pelas instituições públicas, sendo aplaudido. **Dada a palavra à professora Denise de Cerqueira Rossa Feres, graduada em ciências biológicas pela Universidade estadual paulista Júlio de Mesquita Filho, mestre e doutora,** apresentou slides e discorreu sobre Micrograma de material particulado 10 (MP 10) em 2011, 2012, 2015 e 2016, sendo que em julho de 2016 esses MP 10 aumentaram quando houve queimadas em pontos de apoio, demonstrando que elas pioram a qualidade do ar. Sobre as queimadas, narrou que são várias suas fontes, como a queima de combustíveis pelos veículos, bem como que em Rio Preto há estação seca por seis meses, havendo umidade relativa do ar em 20%, quando o ideal seria de 60%, (sessenta por cento) sendo que as queimadas geralmente ocorrem na época seca, aumentando inclusive o gasto de água para limpar a fuligem. Narrou sobre a importância de não queimar galhos e outros resíduos sólidos nas próprias casas. Sugeriu a mudança de hábito, para que a população troque a fumaça por alimentos mediante a plantação de hortas, cuidando dos espaços públicos e particulares. Encerrou sob aplausos. **Dada a palavra a palavra a Fernanda Sanção, responsável pelo projeto muda que a cidade muda,** que após os cumprimentos de praxe, discorreu sobre a importância da plantação de árvores, trazendo bem estar e beleza, além de abrigar a fauna nativa, sendo preciso um plano de arborização urgente na cidade. Disse que estamos destruindo o nosso meio ambiente e indagou sobre a responsabilidade de cada cidadão, dizendo ser necessário plantar árvores. Temos hoje 8.46 m 2 de área verde para habitante, o que equivale a meia árvore por habitante, com um déficit de mais de um milhão de árvores a serem plantadas na cidade. Apresentou as seguintes propostas, a respeito do tema: MUDA QUE A CIDADE MUDA: I- Escrever e Implantar: Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU (Inventário de indivíduos verdes, diretrizes de planejamento, implantação, conservação e administração das árvores públicas); Plano de Manejo das árvores – PDAU; II – Estabelecer cronograma de Plantio de árvore nos espaços públicos, até atingirmos o número ideal preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de 36 m2 (trinta e seis metros quadrados) de área verde por habitante ou 3 (três) árvores por habitante (curto, médio e longo prazo). III – Realizar estudo para a implantação de Parques Lineares na cidade. IV – Estação Ecológica Noroeste Paulista – Reflorestar, Preservar e Proteger. Todas as ações e metas deverão ser aprovadas por técnicos capacitados e pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA; **Dada a palavra aos inscritos para a manifestação oral, foi convidado o Sr. André Nogueira, representando a sociedade civil,** o qual propôs o investimento na educação ambiental nas escolas de maneira mais integrada, sendo aplaudido ao final. **Dada a palavra a Rafael Valadão,** da frente parlamentar e conselheiro, falou sobre gestão de prevenção e combate à poluição, sendo aplaudido pelos presentes. **Dada palavra ao professor do Ibilce, Dr. Arif Cais,** discorreu sobre o Brasil ter participado da COP 21 (Conferência da ONU sobre mudança climática), sendo necessário que todos aprendam sobre a educação ambiental, desde as crianças até os idosos, sendo aplaudido pelos presentes. **O Sr. Washigton de Carvalho** disse que se sente representado por todos que falaram, abrindo mão de palavra. **Dada a palavra à professora Gislaine Zainaghi,** falou sobre a educação, propondo a criação de uma agenda em que mais discussões sejam realizadas, propondo um plano de ação, sendo aplaudida pelos presentes. **Encerrada a fase dos inscritos,** foi **dada a palavra ao Dr. Clinger Gagliardi, advogado e Secretario Municipal do Meio Ambiente,** sendo feitos os cumprimentos de praxe. O Secretário disse que a Secretaria tem seguido as diretrizes verde-azul, mas há limitações, por ser apenas parte do sistema de gestão pública, dependendo também de toda a sociedade para êxito de suas finalidades. Apresentou as seguintes sugestões: ORIENTAR E IMPOR, sistematicamente, aos gestores públicos e membros do poder legislativos e seus colaboradores, a conscientização e a obrigação de agirem com o propósito único da proteção do meio ambiente em todas as suas formas, coibindo-se os interesses particulares; CRIAR linha de comunicação por todos os órgãos e entidades envolvidas direta ou indiretamente no presente movimento, para difundir, por todo os meios de suas comunicações internas e externas, de forma sistemática e periódica, com a efetiva ciência à todos os funcionários e ou colaboradores, sem distinção, assim como para todas as repartições e órgão públicos federais, estaduais e municipal, atuantes no município de São José do Rio Preto, a conscientização e a obrigação da preservação do meio ambiente em todas as formas de atitudes e de ações, para que cada pessoa se torne dissipadores destas; CRIAR canal de comunicação e de um calendário de reuniões periódicas e extraordinárias, para junção aprimorada de todos os órgãos públicos e entidades agora reunidos e envolvidos, com a possibilidade de agregação de outros, para a discussão dos fatos e motivos perniciosos ao meio ambiente, como um todo, não só com a fácil tarefa de apontar os problemas, mas sim com o intuito precípuo do encontrar ou apresentar soluções factíveis; MOBILIZAR E INFLUENCIAR os meios de comunicação do município a fim de que se tornem parceiros na divulgação de campanhas de conscientização e educação da população, demonstrando que não se deve atear fogo em vegetação ou resíduos de qualquer natureza, por ser prejudicial à saúde de todos e por provocarem dispêndios financeiros que poderiam ser utilizados em outras frentes; DAR continuidade dos cursos aos podadores de árvores, que já são realizados pela Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo do município, com ênfase, também, à destinação dos resíduos com a conscientização e a obrigação de se tornarem informantes da necessidade de não se queimar qualquer tipo de vegetação; EDITAR lei específica para a obrigação, por parte dos podadores de árvores no exercício da atividade, da comprovação da frequência aos cursos de podadores, com a apresentação da carteirinha emitida pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, sob pena de imposição de multas ao profissional e ao responsável pelo espécime arbóreo, além da já existente legislação que regula a forma da poda das árvores; e, ESTUDAR E READEQUAR o n.º de fiscais de postura de todas as secretarias do município, haja vista que o número atual está insuficiente, desde há muito tempo, para fazer frente ao aumento: do perímetro urbano, do número de empresas e estabelecimentos comerciais, da população e da quantidade de leis que devem ser cumpridas; **Dada a palavra à Doutora Jane Pugliesi, presidente do CONDEMA,** falou da importância da educação ambiental para o adulto, para que não coloque fogo no lixo, conscientizando a sociedade dos danos ambientais que isso causa, fazendo as seguintes sugestões: sério compromisso governamental para implantação de soluções eficazes como adotar medidas para intensificar e tornar efetiva a fiscalização de áreas com lixo e resíduos que possam gerar queimadas – ofício do COMDEMA solicitando providências imediatas para impedir novas queimadas e implementação de medidas efetivas para combater os incêndios nos pontos de apoio; - Apresentação de Projeto de Lei dispondo sobre a proibição da Queimada Urbana com penalidades significativas (em dinheiro e prestação de serviços em hospitais – alas vítimas de queimaduras e problemas pulmonares) aos responsáveis pelo ato (inclusive funcionários dos pontos de apoio e proprietários de áreas - publicas e particulares - em que ocorrer as queimadas; - as multas e penas pecuniárias destinadas ao FUMDEMA para projetos de restauração ecológica e educação ambiental; - Ações integradas entre o poder público municipal, comunidade e outros órgãos, voltadas à redução de emissão de gases do efeito estufa e que envolva mobilidade urbana, como por exemplo: a.) investimento em transporte coletivo e o desestímulo ao individual; b.) Incentivar a cidade e as empresas a adotar uma política de proteção aos ciclistas, como construir ciclovias e estacionamentos de bicicleta; c.) conservação da frota própria; d.) campanhas de incentivo para revisão frequente dos carros e calibrar os pneus dos veículos; e.) plantio de árvores de médio e grande porte em áreas centrais e de maior concentração de população e transito - Reforma e atualização do Código Florestal Municipal; - PONTOS DE APOIO medidas efetivas para combater os incêndios nos pontos de apoio: 1- Fiscalização noturna; 2- Monitoramento 24h. através de instalação de câmeras de 360º. alimentadas por energia solar (custo acessível). 3- Aumentar a frequência no recolhimento do material nos pontos de apoio. 4 - Qualificação de mão de obra que atua no local, com implantação de coleta seletiva, processo de logística reserva. 5- revitalização dos pontos de apoio, com iluminação mais adequada, cercas vivas, instalação de caçambas ou containers com tampa e uma entrada pequena para colocar o material de menor volume – dificultando assim o ateamento de fogo. 6 - ampliar a fiscalização integrando a comunidade do seu entorno (informação e conscientização moradores da vizinhança sobre os danos causados pelas queimadas; a importância e uso adequado dos pontos de apoio e divulgação o disque queimadas). 7 - Aquisição equipamento para picotar material verde (1 maquina em um caminhão permite ação quinzenal em cada ponto de apoio). 8 - Destinação dos resíduos corte e poda de arvores - principal combustível dos incêndios - não seja os pontos de apoio. Sugestão: viveiro municipal, para compostagem urbana nos espaços disponíveis, o que propiciaria geração de insumos para hortas, por exemplo. Destacamos o COMDEMA já elaborou Projeto de Lei - Plano municipal de Arborização Urbana, o qual foi enviado ao Executivo há mais de 04 anos e a última informação é que se encontra com o chefe poder executivo há vários anos para encaminha-lo à Câmara.Este projeto de lei contempla regramento para boa parte dos procedimentos de destinação de podas, como verificamos na Seção IV. Do Manejo e conservação da Arborização Urbana, no Art. 57º, do Plano Diretor, que estabelece: *"Após o plantio de muda arbórea, em área de domínio público, a vistoria periódica será realizada atendendo aos seguintes trabalhos de manejo e conservação: VIII. A destinação dos resíduos de poda e supressão de árvores, deverá ser em locais próprios, de áreas públicas do município, atendendo às legislações municipal e Estadual, produzindo os subprodutos para fins de compostagem, lenha e outros, gerando renda destinada as entidades sociais;"* convidou a todos para participar das realizações mensais do CONDEMA, que se realizam no parque ecológico. Agradeceu a todos, sendo aplaudida pelos presentes. Dando continuidade aos trabalhos, anotou-se a ausência de Terezinha Pachá, Secretaria Municipal de Saúde, e do Conselho Municipal de saúde, por estar ocorrendo eleições no conselho. **Dada a palavra ao Coronel Ivano Pedro Rodrigues Filho, Secretário Municipal de Serviços Gerais e Coordenadoria Municipal de Defesa Civil,** após os cumprimentos, falou sobre a grande quantidade de lixo produzido pelos indivíduos, sendo que os riopretenses produziram 752 toneladas dia de lixo, sendo que de 40% 60% são resíduos de construção civil e demolição, com os quais trabalha a Secretaria de Serviços Gerais. Destacou as funções da Secretaria, como: 1 -fiscalizar terrenos quanto a limpeza e conservação, havendo cerca de dez mil terrenos particulares baldios, além de dois mil terrenos como espaços reservados para praças ou coisa do gênero. 5660 foram notificados para proceder, sendo que 1070 foram autuados, sendo que 512 tiveram a limpeza executado pela secretaria, o que será cobrado dos proprietários; 2- fiscalizar e autuar deposição de entulho e materiais volumosos, com vistas a evitar a poluição de rios, lagos e córregos; 3 - administrar os pontos de apoio, nos locais onde era depositado entulho de forma irregular. Criou-se a setorização para a deposição de galhos de árvores, sendo que os podadores passaram a levar as podas para os pontos de apoio; entre outras funções. Falou sobre a Lei do Sujão em 2015, sendo que houve uma sobrecarga considerável nos pontos de apoio, pois muitos passaram a levar materiais descartáveis aos locais, sendo priorizadas medidas para dar conta da demanda. Disse que a Fazenda Ambiental é o local onde são levados os detritos de árvores. Apresentou as seguintes providências necessárias: CONTINUAR o processo de revitalização dos Pontos de Apoio. A boa aparência, por si só, inibe naturalmente o vandalismo e visa dar melhores condições de atuação para os profissionais que labutam nos Pontos de Apoio e parceiros (curto e médio prazos); CONTINUAR o esforço para alambrar o entorno dos Pontos de Apoio; o cercamento com alambrados seria muito mais eficiente em obstar o acesso de vândalos (curto e médio prazos); APRIMORAR o sistema logístico de encaminhamento de material volumoso; buscar a complementação dos recursos de logística para escoamento e destinação dos materiais depositados nos pontos de apoio com meios próprios ou contratação de serviços de terceiros (médio e longo prazos); INVESTIR na promoção da cultura de preservação ambiental com foco na responsabilidade de todos; somente a educação com conscientização das consequências dos atos de cada qual poderão levar à adesão voluntária de cada cidadão; seja na adoção de medidas em âmbito domiciliar, na correta destinação dos volumes e entulhos que produzir e mesmo no apoio ao poder público na fiscalização das pessoas que os cercam (curto, médio e longo prazos); APERFEIÇOAR a troca de informações entre as partes interessadas seja com fim de se cumprir a legislação existente seja na adoção de medidas voltadas à promoção da cultura ambiental; as exposições demonstraram que cada entidade envolvida no processo da presente audiência pública tem informações e dados que poderão ser de grande valia para os demais envolvidos, sendo salutar que se aproximem mais para efetivar rotinas que levem cada qual a obter os dados de que necessita, visando adoção de medidas educativas, de conscientização, aperfeiçoamento de rotinas *"interna corporis"* e mesmo atividade fiscalizatória (curto, médio e longo prazo), sendo aplaudido pelos presentes. **Dada a palavra aos Drs. Daniel Mario Gomes Pinto e José Mário Ferreira de Andrade engenheiros da CETESB, o Dr. José Mario fez uso da palavra,** apresentando mapa mundial, dizendo que a qualidade do ar em São Paulo atende um padrão intermediário, ao passo que nos Estados Unidos a qualidade é ótima. Asseverou que a vegetação não interfere muito na qualidade do ar, sendo extremamente complexo entender a atmosfera. Apontou os problemas da poluição dos veículos automotores, deixou o telefone 0800 -113560, para o cidadão poder denunciar à CETESB a poluição de fumaça preta dos veículos automotores. Disse sobre conhecer e defender a qualidade do Ar que respiramos; Planejamento estratégico: Competência – controlar a poluição ambiental? Missão – assegurar a melhoria da qualidade? Visão – aprimorar os padrões? Valores – agir com ética profissional? Objetivos – cumprir os padrões legais? Políticas – informar e fomentar ações preventivas? Ação – monitorar e informar a qualidade do ar?; A CETESB em SJRio Preto: 1.000.000 de habitantes 40 municípios? 400.000 hectares de cana-de-açúcar? 14 usinas de açúcar e? álcool 03 cítricas -10.000 ha? 01 café solúvel? 10.000 veículos diesel em? trânsito por dia 2.000 queimadas urbanas? por ano 40.000 hectares de cana? queimada 2 estações de? monitoramento do ar; A Poluição do ar e a Saúde Pública (World Health Organization): A poluição do ar é a contaminação do ambiente interno ou externo por qualquer agente químico, físico ou biológico que modifica as características naturais da atmosfera. Aparelhos domésticos de combustão, veículos, instalações industriais e incêndios florestais são fontes comuns de poluição do ar. A Poluição do ar e a Saúde Pública: Poluentes de grande preocupação para a Saúde Pública incluem o material particulado, monóxido de carbono, ozônio, dióxido de nitrogênio e dióxido de enxofre. Poluição do ar exterior e interior causam doenças respiratórias e outras, que podem ser fatais. Principais poluentes II. Monóxido de carbono – [CO] IV. Dióxido de nitrogênio [NO2] I. Material particulado – MP10 MP2,5 III. Dióxido de enxofre – [SO2] V. Hidrocarbonetos – [HC] VI. Ozônio – [O3] VII. Compostos Orgânicos Voláteis – COV[s] VIII. Substâncias Odoríferas – [SO] IX. GEE – CO2 CH4 NO2 SF6; Monitoramento da qualidade do ar II. Monóxido de carbono – [CO] IV. Dióxido de nitrogênio[NO2] I. Material particulado – MP10 MP2,5 III. Dióxido de enxofre – [SO2] V. Ozônio – [O3]; fez Apresentou fluxograma e fez um lembrete: "Nas circunstâncias atuais, ninguém pode se dar ao luxo de acreditar que seus problemas vão ser solucionados pelos outros. Cada indivíduo tem a responsabilidade de ajudar a levar nossa família global para o rumo certo. Ter boa vontade não é suficiente, é preciso nos envolvermos de forma ativa." (Dalai-Lama In: O Caminho da Tranquilidade Editora Sextante, página 60 Rio de Janeiro, 2000). **Dada a palavra ao Capitão Cassio José de Oliveira, representando a polícia ambiental de São José do Rio Preto,** explanou sobre o trabalho da polícia ambiental, como fiscalizar comércio de madeira nativa, poluição de rios e solos, combate à caça e pesca ilegal, entre outras. Discorreu sobre a operação corta fogo, nos meses de maio a outubro (estiagem). Narrou que há decisão judicial na nossa região que suspende as queimadas lícitas, sendo que houve aumento de ocorrência de incêndios criminosos. Narrou que no local das ocorrências dificilmente encontra-se o responsável pelo incêndio. Falou sobre o código florestal, que proíbe a queimada (artigo 38, §§ 3º e 4º), bem como a obrigatoriedade de estabelecer o nexo causal entre o incêndio e o dano ambiental, entendendo-se que a produção de cana é atividade de risco, sendo que a resolução SMA 48/2014, que no artigo 58 proíbe o uso de fogo em áreas agropastoris (agricultura e pecuária) sem autorização do órgão competente. Disse que não há autuação de queimas em pontos de apoio ou área urbana, que é de competência da Prefeitura. Disse que a omissão na produção de cana gera nexo causal das queimadas. Disse que a meta da polícia ambiental é fiscalizar 70% dos focos de incêndio apresentados pelo satélite aqua, sendo que em 2016 100% dos pontos foram vistoriados. Falou da multa para quem pratica a ilegalidade, de R$ 1.000,00 a R$ 75.000,00, além de eventual processo crime e da necessária reparação civil do dano ambiental. Afirmou sobre a importância do acerco para cortar o fogo, impedindo que avance das canas-de-açúcar e atinja áreas de preservação permanente, entre outras. Disse terem sido lavradas 203 multas só neste ano. Encerrando seu discurso, foi aplaudido pelos presentes. **Dada a palavra ao Major Comandante André Luiz Paes, da Radiopatrulha aérea,** após os cumprimentos de estilo, disse sobre o planejamento estratégico, visão de futuro e sugeriu as seguintes medidas: 1ª Medida: Educar público escolar: Com apoio de entidades educacionais, em especial UNESP e SENAC, participantes deste projeto, fica o efetivo desta BRPAe SJP disponível para ser capacitado a fim de divulgar às visitas escolares (públicas, privadas e Formação de Soldados PMESP) quanto a problemática em pauta, operando assim, no cerne educacional da sociedade rio-pretense e região. 2ª Medida: Identificar Pontos de Queimada Urbana: condicionado ao retorno de atendimento emergencial, esta BRPAe pode colaborar com a detecção, identificação e envio de locais (áreas urbanas), através de imagens digitais para fins de conscientização/ fiscalização a posteriori, de órgãos competentes (CETESB, Pol Amb, Sec Verde Meio Ambiente Municipal, Ministério Público etc), caso seja viável. Frisou que juntos somos mais fortes, sendo aplaudido pelos presentes. **Dada a palavra ao Capitão Ivair da Silva, do 13º Subgrupamento de Bombeiros de São José do Rio Preto,** após os cumprimentos de praxe, explanou sobre as atividades do 13º Subgrupamento de Bombeiros, destacando as diversas modalidades de incêndio, sendo que em Rio Preto houve diversos incêndios nos últimos anos. Em 2014 houve 20 incêndios em 2014, em 2015 foram 28, e em 2016 foram 57, devido corte de árvores e materiais levados aos pontos de apoio. Foi perguntado o que podemos fazer. Foram apresentadas, assim, as seguintes propostas: INTENSIFICAR as palestras educativas; DISPONIBILIZAR treinamento para brigadas das associações de amigos de bairros/funcionários da prefeitura onde haja pontos de apoio; ENFATIZAR dicas de prevenção de incêndio em pontos de apoio e queimadas em geral através dos meios de comunicação; PROPOR: 1 - melhorarias na iluminação nos pontos de apoio; 2 - instalação de alambrados no entorno dos pontos de apoio; 3 - instalação de câmeras de 360º com vigilância 24 horas; 4 -instalação de hidrantes nos pontos de apoio para ser utilizados pelos funcionários da prefeitura, treinados pelo Corpo de Bombeiros para atuar no princípio do incêndio; 5 Propor a instalação de máquinas trituradoras de galhos para transformação em adubo orgânico; 6 - Propor ao Ministério Público que toda multa aplicada em decorrência de queimadas seja direcionada aos Órgãos e Entidades que atuam diretamente na atividade fim, para aquisição/conserto de viaturas/equipamentos; 7 Propor concurso de Boas Práticas para a população circunvizinhas destes locais, visando a conservação, cuidados e melhorias nos pontos de apoio, premiação no dia Mundial do Meio Ambiente. **Encerramento: Passada a palavra ao Dr. Júlio Tanone,** agradeceu aos presentes e encerrou a audiência. Nada mais havendo a discutir, deu-se por encerrada a presente audiência, lavrando eu, (Pedro Henrique Viana Tedeschi), Analista de Promotoria, a presente Ata, que segue assinada pelos participantes da mesa, das instituições presentes e do público em geral.

Dr. Sérgio Clementino
4ª Promotor de Justiça – Presidente
Dr. Júlio César Tanone
Defensor Público - Presidente
Dr. Rafael Azeredo de Oliveira, advogado ambientalista representante da Comissão de Meio Ambiente da 22º Subseção da OAB-SP;

Aviso de 14-12-2016

nº 590/2016 – PGJ

Formulário Eletrônico para solicitação de parecer técnico

Com o objetivo de racionalizar e agilizar o procedimento para solicitações de apoio ao Setor Técnico-científico, o CAEx implantou o formulário eletrônico para solicitações de pareceres.